

**Disciplina:** Mercado Financeiro Nacional e Internacional

**Autores:** M.e Leila Lucia Arruda

**Revisão de Conteúdos:** Murillo Hochuli Castex

**Revisão Ortográfica:** Juliano de Paula Neitzki

**Ano:** 2018



FACULDADE  
SÃO BRAZ

Copyright © - É expressamente proibida a reprodução do conteúdo deste material integral ou de suas páginas em qualquer meio de comunicação sem autorização escrita da equipe da Assessoria de Marketing da Faculdade São Braz (FSB). O não cumprimento destas solicitações poderá acarretar em cobrança de direitos autorais.

Leila Lucia Arruda



**Mercado financeiro nacional e  
internacional**

1ª Edição

2018

Curitiba, PR

Editora São Braz



# FACULDADE SÃO BRAZ

## FICHA CATALOGRÁFICA

ARRUDA, Leila Lucia.

Mercado financeiro nacional e internacional / Leila Lucia Arruda. – Curitiba, 2018.

49 p.

Revisão de Conteúdos: Murillo Hochuli Castex.

Revisão Ortográfica: Juliano de Paula Neitzki.

Material didático da disciplina de Mercado financeiro nacional e internacional – Faculdade São Braz (FSB), 2018.

ISBN: 978-85-5475-249-1

## **PALAVRA DA INSTITUIÇÃO**

Caro(a) aluno(a),

Seja bem-vindo(a) à Faculdade São Braz!

Nossa faculdade está localizada em Curitiba, na Rua Cláudio Chatagnier, nº 112, no Bairro Bacacheri, criada e credenciada pela Portaria nº 299 de 27 de dezembro 2012, oferece cursos de Graduação, Pós-Graduação e Extensão Universitária.

A Faculdade assume o compromisso com seus alunos, professores e comunidade de estar sempre sintonizada no objetivo de participar do desenvolvimento do País e de formar não somente bons profissionais, mas também brasileiros conscientes de sua cidadania.

Nossos cursos são desenvolvidos por uma equipe multidisciplinar comprometida com a qualidade do conteúdo oferecido, assim como com as ferramentas de aprendizagem: interatividades pedagógicas, avaliações, plantão de dúvidas via telefone, atendimento via internet, emprego de redes sociais e grupos de estudos o que proporciona excelente integração entre professores e estudantes.

Bons estudos e conte sempre conosco!

Faculdade São Braz

## **Apresentação da disciplina**

Nesta disciplina pretende-se oferecer conhecimentos para a formação de investidores, contemplando-se as condições básicas para o início de uma caminhada rumo ao mercado de capitais.

Nesse sentido, pode-se dizer que o mercado financeiro é o ambiente onde acontecem a compra e a venda de ações, títulos, troca de moedas estrangeiras, bem como as negociações em bolsa de mercadorias – sempre regulamentado e normalizado por dispositivos legais e agentes de fiscalização.

Dentre esses, é possível destacar o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB).

Esse mercado atua em ambiente econômico e, na verdade, funciona como uma mola propulsora em que instituições buscam recursos e investidores, aplicam seu dinheiro em busca de uma maximização, seja com a ajuda de intermediários ou não, e têm como atividade principal a captação de recursos e a remuneração deste capital mediante juros do investimento realizado.

Assim, serão abordados os seguintes temas nesta disciplina:

- Contextos históricos e conceitos do Sistema Monetário Internacional e do Sistema Financeiro Nacional;
- Mercado de ações;
- Bolsa de valores e negociação de títulos;
- Investimentos e ações;
- Sistemas e subsistemas econômicos;
- Modelos de política econômica;
- Sistema econômico;
- Análise e correlação de conceitos de política monetária nacional (com ênfase nas definições de tipos e funções da moeda, oferta monetária, taxa de juros, bancos e sistema de reserva federal);
- Sistema monetário internacional, trocas internacionais, mercado e regimes de câmbio; instrumento de captação e aplicação de recursos;
- Taxa de juros e indexadores;

- Títulos de renda fixa e sua avaliação;
- Mercados financeiros;
- Sistema financeiro internacional;
- Mercado de euro-dólar;
- Produtos financeiros.



FACULDADE  
SÃO BRAZ

## Aula 1 – Introdução ao Mercado Financeiro

### Apresentação da aula 1

Esta aula tem por objetivo apresentar conceitos, metodologias, técnicas e práticas referentes ao momento atual, em que as empresas estão em operação em um ambiente econômico com a existência de agentes com recursos financeiros e em que administradores têm por responsabilidades a gestão da empresa e o gerenciamento do nível de endividamento. Para tanto, será dada continuidade na apresentação dos itens de conhecimento do mercado financeiro, que são essenciais para uma boa administração financeira.

Nesta nossa primeira aula vamos nivelar o conhecimento passando pelo contexto histórico, conceitos, estrutura, funcionamento e características particulares do Sistema Monetário Nacional e Internacional, do Mercado de ações, da Bolsa de valores, da negociação de títulos e, por fim, de investimentos e ações.

#### 1. Contextos históricos e conceitos do Sistema Monetário Internacional

Considerando que a cronologia histórica evolutiva da sociedade contribuiu para que o Mercado Financeiro Internacional fosse exercido por uma força preponderante de um país sobre outros, pode-se afirmar que as nações hegemônicas são as que têm maior riqueza, maior poder militar e, portanto, apresentam maior liderança intelectual e moral, determinando regras e normas para o mercado.

Nesse contexto, destaca-se que a Inglaterra, em meados de 1800, era a potência econômica líder e as outras nações se coadunavam às diretrizes da política inglesa para obter vantagens e sucesso econômico.

Historicamente, pode-se afirmar que o **Sistema Monetário Internacional** remonta ao período da Inglaterra dos anos de 1870. Esse sistema era chamado de padrão-ouro, que ficou vigente até o ano de 1914. Observa-se que, nessa época, a Inglaterra foi considerada uma potência econômica líder e, por consequência, as demais nações tiveram que se alinhar aos procedimentos estabelecidos por essa nação, que instituiu o padrão-ouro como diretriz e, ainda,

Londres como o centro financeiro do mundo, devido à sua importância comercial no âmbito internacional.

Com a Primeira Guerra Mundial, o padrão ouro se torna incompatível, visto que as Nações estavam financiando armamentos, por meio de emissão de moedas. Devido à guerra, a produtividade das nações diminuiu, o que gerou um aumento de demanda, em um cenário em que os preços dos bens ficaram com preços elevados.



**Primeira Guerra Mundial**

Fonte: [https://www.sohistoria.com.br/ef2/primeiraguerra/index\\_clip\\_image002.jpg](https://www.sohistoria.com.br/ef2/primeiraguerra/index_clip_image002.jpg)

Após a guerra, os países manifestam um processo inflacionário eminente, pois, com os gastos públicos aumentados para reconstruí-los, bem como por uma produção diminuída, aumentam os valores dos produtos. Esse cenário é evidente, principalmente na Alemanha, segundo um contexto de hiperinflação.

Após a Primeira Guerra, o mundo continua em um estado de pandemônio, principalmente no âmbito financeiro, sem apresentar um líder econômico que se sobressaia. Em meio a esse caos, em 1944, explode a Segunda Guerra Mundial. Nesse cenário econômico, as nações com predominância no cenário internacional verificam a necessidade de uma ordem monetária e econômica para o Ocidente, e, para isso, torna-se necessário realizar políticas bilaterais, ou ainda, a desvalorização do câmbio, entre outras ações.



Em plena Segunda Guerra Mundial, em fevereiro de 1942, ocorre a Conferência do Atlântico de Ajuda Mútua, organizada pelos Estados Unidos e pela Inglaterra, com a finalidade de uma reestruturação econômica. Entre discussões sobre **Bretton Woods** e o **Plano Keynes**, os Estados Unidos se impõem em *Bretton Woods*, visto que, nesse período histórico, são considerados como uma potência econômica.

## Saiba Mais



O Acordo de **Bretton Woods** refere-se a uma série de disposições acertadas por cerca de 45 países aliados em julho de 1944, na cidade norte-americana que deu nome ao acordo, no estado de New Hampshire, no **hotel Mount Washington**. O objetivo era definir os parâmetros que iriam reger a economia mundial após a Segunda Guerra Mundial; o sistema financeiro que surgiria do acordo seria amplamente favorável aos Estados Unidos, determinando o seu domínio sobre a economia mundial a partir de então.

Com o *Bretton Woods* prevaleceu a legitimação das instituições e mecanismos americanos e, por consequência, ocorreu a padronização da moeda dos Estados Unidos, o dólar. Assim, a partir da internacionalização do dólar, os norte-americanos legitimaram a sua soberania monetária, o que resultou na condução das finanças mundiais pelos Estados Unidos.

### 1.1.2 E o Sistema Financeiro Nacional?

No Brasil, a história do **Sistema Financeiro Nacional** inicia-se com a vinda da Família Real portuguesa para as terras brasileiras.



**Embarque da Família Real portuguesa para o Brasil – Autor Desconhecido**  
<https://static.todamateria.com.br/embarquedafamiliarealportuguesa-cke.jpg>

Desse modo, em 1808, é criado o primeiro Banco do Brasil, todavia, com a volta do Rei D. João VI para Portugal e a perda de lastro econômico, esse banco é fechado em 1829. Outra tentativa de estabelecimento de uma instituição econômica foi em 1831, com a criação da Caixa Econômica, que também foi fechada.

Nos anos seguintes, houve muitas tentativas de criação de instituições financeiras, contudo, somente em 1851, com o decreto 801, surge o terceiro Banco do Brasil. Em 1863, os primeiros bancos estrangeiros se instalam no país; em 1920, o decreto número 4.182 regulamenta o setor financeiro no Brasil, com a criação da Inspeção Geral dos Bancos, com o objetivo de fiscalizar e regulamentar todas as instituições financeiras no território nacional.

Com o desenvolvimento do Sistema Monetário Internacional, principalmente com os resultados derivados da Conferência de **Bretton Woods**, verifica-se que o **Fundo Monetário Internacional (FMI)** e o **Banco Mundial** estabelecem diretrizes no âmbito nacional. Em 1945, ocorre a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), que tem o poder de controle monetário. Em 1952 é criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), com a finalidade do desenvolvimento nacional, por meio de fomento.

Nos anos seguintes, ocorrem várias reformulações no sistema financeiro nacional, como é o caso da criação do Conselho Monetário Nacional, em 1964,

ou, ainda, a elaboração do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e do Banco Nacional da Habitação (BNH).

Em 1967, o CMN facilitou às empresas a obtenção de recursos originários do mercado financeiro internacional, e isso possibilitou grande afluxo de capitais. A Resolução nº 63, de 23/08/1967, do CMN, autorizou os bancos a captarem empréstimos externos destinados a repasse às empresas no País. Recentemente, em 1996, verificou-se a criação do Comitê de Política Monetária (COPOM), que tem finalidade de determinar a política monetária, bem como as taxas de juros (SELIC), entre outras.

### 1.1.3 O que significa Sistema Financeiro Nacional?

O **Sistema Financeiro Nacional** pode ser conceituado como o conjunto de organizações e órgãos financeiros que têm como finalidade a regulamentação e o funcionamento da economia do país. Conforme a Constituição Federal de 1988, no artigo 192, o sistema financeiro nacional deve ser:

- **Estruturado** de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo também as cooperativas de crédito;
- **Regulado** por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.

Assim, as instituições e mecanismos financeiros têm como objetivo determinar os recursos financeiros dos agentes econômicos com *superávit*, para as organizações com *déficit*. Sendo assim, conforme Figueiredo (2008), o sistema financeiro nacional pode ser entendido como: todo o disciplinamento jurídico inerente a reger e regular as instituições financeiras de crédito, públicas ou privadas, bem como todas as entidades congêneres que atuam na economia popular, tais como seguradoras, entes de previdência privada e de capitalização, por exemplo. Por economia popular, podemos entender o conjunto de interesses econômicos do povo, sob o jugo e proteção jurídica do Estado.

Lazarini (2011, p. 2) destaca que o Sistema financeiro nacional é “o conjunto de instituições que atuam no processo de conciliar interesses de agentes deficitários e superavitários e de converter poupança em investimento

recebe o nome de **Sistema Financeiro Nacional (SFN)**", ou, ainda, um "sistema financeiro poderia ser um conjunto de instituições que se dedicam de alguma forma ao trabalho de propiciar condições satisfatórias para a manutenção de um fluxo de recursos entre poupadores e investidores".

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) possui como finalidade a regulamentação, fiscalização e desempenho de todas as operações necessárias para a circulação de moeda e disponibilidade de crédito na economia brasileira.

O SFN, em conformidade com a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), pode ser dividido em dois sistemas, de acordo com suas atribuições:

- **Normativos:** se referem às instituições que estabelecem as normas de funcionamento das instituições financeiras, bem como as de fiscalização. Entre elas, destaca-se o Banco Central do Brasil (Bacen), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), entre outras.
- **Operativo:** pode ser entendido como o conjunto das organizações do Sistema Financeiro Nacional que tem atividade direta na intermediação financeira, proporcionando as operações de transferência de recurso entre os credores e o devedor.

**Exemplos** dessas instituições são: o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e instituições não-financeiras e auxiliares, como a bolsa de valores e mercados de balcão, entre outras.

#### 1.1.4 O que significa Sistema Monetário Internacional?

A economia mundial nunca teve uma instituição supranacional que vigorasse, uniformemente, em todas as nações soberanas, ou seja, nunca teve uma moeda que fosse usada por todos os Estados- Nações. Assim, o panorama financeiro internacional está pautado numa escolha de moedas que serão referências no âmbito do intercâmbio global.

Segundo Krugman (1991, p. 165), "a atividade econômica internacional, assim como a atividade doméstica, requer o uso da moeda, e as mesmas forças que conduzem à convergência em uma única moeda doméstica conduzem o mundo a convergir em um número limitado de moedas internacionais".

Nesse sentido, os intercâmbios internacionais constituem um universo no sistema monetário internacional. Perceba que as moedas, emitidas no âmbito nacional, transpõem as fronteiras e são utilizadas internacionalmente. Prates (2002) propõe que os três eixos básicos de um sistema monetário internacional são:

- O **regime cambial**;
- O **grau de mobilidade de capitais**;
- A **forma da moeda internacional**.

Nesse contexto, pode-se entender que o Sistema Monetário Internacional se refere a um conjunto de instituições e mecanismos que têm a finalidade de organizar a moeda em um determinado lugar monetário.

## Importante



O objetivo maior do Sistema Monetário Internacional é estabelecer a habilidade entre as transações internacionais, para que sejam garantidos os ganhos e benefícios nas trocas internacionais, ou seja, nos escambos entre Estados-Nações; bem como possibilitar a movimentação de capital entre as nações internacionais, como é o caso do financiamento internacional. Outro objetivo do Sistema Monetário Internacional é o de sistematizar as políticas nacionais, para que essas estejam em sintonia com as internacionais, diminuindo, assim, possíveis atritos.

Por outro lado, o **Mercado Financeiro** refere-se ao conjunto de instituições, órgãos e mecanismos que permitem a compra e a venda de valores imobiliários, câmbio e mercadorias, como é o caso de ações e títulos financeiros, moedas estrangeiras, entre outros.

Perceba que uma simples compra e venda de moeda estrangeira envolve várias instituições, que têm a finalidade de regular e fiscalizar essas transações, entre os investidos (aquele que desfruta de recursos financeiros e aplicar no mercado financeiro, com o intuito de aumentar seu capital) e o mercado.

Sendo assim, verifica-se que a ideia de mercado de ações refere-se à aplicação de uma verba financeira em determinado acordo, que tem como finalidade aumentar o capital do investidor. O mercado financeiro tem várias



formas de realizar esses acordos entre as partes, entre elas a **renda fixa**, que pode ser entendida como a aplicação de um recurso financeiro, com uma determinada valorização já determinada no acordo. Essa valorização pode ser determinada, por exemplo, pelo índice de preço de uma mercadoria.

Existe ainda a **renda variável**, em que o investimento deverá ter acréscimo conforme o mercado em que se investiu, a exemplo das ações de uma empresa governamental, que podem valorizar ou desvalorizar conforme a sua credibilidade, ou ainda o interesse do mercado.

Vejam que se de um lado existem os investidores, por outro lado existem as empresas, instituições e organizações, que recebem os recursos financeiros para investir na sua organização, por exemplo, na ampliação do seu maquinário, entre outras.

Diante disso, verifica-se que as instituições financeiras são os intermediários entre o investidor e a empresa que necessita deste investimento para ampliar o seu negócio.

Pode-se explicar esse conceito por meio de uma situação hipotética. Assim, imaginemos que você se tornou um investidor, possui o valor de R\$ 10.000,00 sobrando e investirá no CDB – Certificado de Depósito Bancário – no Banco do Brasil, sua contrapartida sendo de 10,3% ao ano. Simultaneamente, outra pessoa entra na instituição financeira que você escolheu (Banco do Brasil) com o intuito de comprar um veículo financiado por esse banco.

Nesse caso hipotético, o Banco do Brasil recebe o dinheiro que você quer investir, porém empresta para a outra pessoa com um juro maior. Deduz-se que essa instituição financeira intermedia e facilita as transações do mercado financeiro, logo, faz a junção entre os tomadores e os investidores.

Neste momento, é possível verificar que o mercado financeiro tem uma posição importante na sociedade, visto que tem como objetivo movimentar o capital financeiro, distribuindo-o entre as organizações, bem como controlar e estimular o sistema econômico. As ações realizadas pelo mercado financeiro são baseadas no passivo dos bancos nacionais, e por meio deles, são controladas as taxas de câmbio, ou ainda, de juros definidos.

# Pesquisa



O artigo *Mercado Financeiro e Tributação Federal Sobre a Renda e o Lucro*, de Agostinho do Nascimento Netto, apresenta conceitos referentes ao mercado financeiro e à classificação e normatização, que podem complementar os conhecimentos adquiridos ao longo desta disciplina. Disponível em: [www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfptd/article/download/13112/10133](http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfptd/article/download/13112/10133)

## Vídeo



O vídeo *O que é Sistema Financeiro* aborda, de maneira didática e resumida, o mercado financeiro, sua normatização, estrutura e funcionamento. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5eGAXQ7zM5E>

### 1.2 Mercado de ações

**O que você entende por Mercado de ações?** De forma simples, pode-se entender o **mercado de ações** como um espaço público, metódico que tem a finalidade de estabelecer a negociação de títulos mobiliários, que podem ser: ações, opções de ações, fundos imobiliários, entre outros. Assim, essas operações podem ocorrer por meio de bolsa de valores ou mercado de balcão (comercializam somente títulos não aceitos na bolsa de valores).

Nesse contexto, o mercado de capitais pode ser considerado um sistema de compartilhamento de valores mobiliários, que tem a finalidade de estabelecer a liquidez dos títulos emitidos de uma empresa e proporcionar o processo de capitalização. O mercado de capitais é composto pelas sociedades corretoras, bolsa de valores e outras instituições financeiras autorizadas.

Assim, nesse mercado (de capitais), os principais títulos negociados são as ações, ou debentures conversíveis em ações, bônus de subscrição e *commercial papers* (veremos mais tarde), ou, ainda, negociações de direitos e recibos de subscrição de valores mobiliários, entre outros.

As **ações** podem ser consideradas como parte do capital social de uma organização. São títulos emitidos pelas empresas que são constituídas na forma de sociedades anônimas e comercializadas por instituições financeiras. Conforme a Bovespa (2018), as ações podem ser consideradas como:

Títulos de renda variável, emitidos por sociedades anônimas, que representam a menor fração do capital da empresa emitente. Podem ser escriturais ou representadas por cautelas ou certificados. O investidor em ações é um co-proprietário da sociedade anônima da qual é acionista, participando dos seus resultados. As ações são conversíveis em dinheiro, a qualquer tempo, pela negociação em bolsas de valores ou no mercado de balcão.

Sendo que quando as ações são emitidas por companhias abertas ou assemelhadas, devem ser negociadas por meio de bolsa de valores ou mercado de balcão.



### **Mercado de Ações**

Fonte: <https://i2.wp.com/oportaln10.com.br/wp-content/uploads/2017/07/bolsa-de-valores-mercado-financeiro-1.jpg?resize=710%2C400&ssl=1>

Pode-se falar, ainda, que as ações da bolsa de valores são “pedacinhos” da empresa comercializadas pela Bolsa de Valores, com o objetivo de obter renda, para a organização realizar investimentos na própria empresa.

## **Importante**



Logo, quando uma pessoa compra ações, torna-se sócio da empresa a que a ação se refere e, por consequência, se torna dono da empresa na proporção de suas ações.



Perceba que o investidor (dono das ações) pode ter uma valorização das suas ações, na medida em que essa empresa se valorize; logo, quando o mercado traz um aumento da procura de ações, visto o reflexo da atuação da empresa no mercado. Todavia, as ações podem sofrer desvalorização, ou seja, o valor das ações diminuir, porque a empresa não está atuando bem junto aos clientes, ou, ainda, sua imagem no mercado não está boa.

As ações, quando estão se valorizando, geram **dividendos** – que são o lucro das ações. Esses são distribuídos pela empresa para os acionistas, em conformidade com o número de ações que possuem.

### 1.2.1 O que significa bolsa de valores?

As **bolsas de valores** são associações civis, sem fins lucrativos e com funções de interesse público. Atuam como delegadas do poder público, com autonomia para obter seu objetivo, que pode ser entendido como: estabelecer um mercado onde serão cotados os títulos, bem como registradas e fiscalizadas todas as ações inerentes à empresa que abrir seu capital. Segundo a BM&FBOVESPA (2011), bolsa de valores é definida como:

São locais que oferecem condições e sistemas necessários para a realização de negociação de compra e venda de títulos e valores mobiliários de forma transparente. Além disso, tem atividade de auto-regulação que visa preservar elevados padrões éticos de negociação, e divulgar as operações executadas com rapidez, amplitude e detalhes.

Assim, a bolsa de valores pode ser entendida como um mercado em que as pessoas e as empresas se relacionam com o intuito de comprar e vender os títulos e as ações. Logo, a bolsa de valores tem como objetivo a negociação de forma segura de uma empresa, pois o investidor, neste ambiente, comprará pedaços da empresa na forma de ações, que o empresário resolveu vender no intuito de investir na empresa, sendo que as ações são guardadas na CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, empresa do grupo BM&F Bovespa no Brasil.

As ações podem ser de duas modalidades:

- **Ações Ordinárias:** conforme a Bovespa (2018) “proporcionam participação nos resultados da empresa e conferem ao acionista o direito de voto em assembleias gerais”.
- **Ações Preferenciais:** “Garantem ao acionista a prioridade no recebimento de dividendos (geralmente em percentual mais elevado do que o atribuído às ações ordinárias) e no reembolso de capital, no caso de dissolução da sociedade” (BOVESPA, 2018).

### 1.2.2 Por que as pessoas investem no mercado de capitais?

Pode-se verificar que, à medida em que as pessoas obtêm recursos, apresentam disponibilidade para investir, o que resulta em um crescimento econômico não só individual, mas de toda a sociedade, gerando, assim, um sistema de circulação de capital.

As empresas, na proporção em que ocorre seu desenvolvimento econômico, carecem cada vez mais de revestimento, que, por muitas vezes, só são conseguidos por meio de empréstimos de terceiros, e por consequência da participação de acionistas.

Sendo assim, por meio de novos sócios, que comprem por meio de ações (pedacinhos da empresa), se viabilizam os recursos necessários para a realização de novos investimentos, em contrapartida, os novos sócios têm a participação do capital desta empresa.

Para que o investidor possa operar no mercado de ações, é necessário que se dirija a uma sociedade corretora que seja vinculada a uma bolsa de valores, para que, assim, possa obter as ações que deseja.

## Vídeo



O vídeo *Como investir na Bolsa de Valores: um Guia Prático* apresenta um passo a passo para aqueles que querem dar início ao seu caminho de investidor. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=Ai54zsnkVt4>

# Amplie Seus Estudos



## SUGESTÃO DE LEITURA



O guia *Por Dentro da BM&FBOVESPA* é uma publicação que tem por objetivo aprofundar os conhecimentos do leitor a respeito do mercado financeiro e de capitais, bem como apresentar e contextualizar o papel que a BM&FBOVESPA desempenha na infraestrutura do Sistema Financeiro Nacional.

Disponível em:

<http://bvmf.bmfbovespa.com.br/pt-br/download/LivroPQO.pdf>

## Resumo da aula 1

Nesta aula evidenciaram-se conceitos importantes baseados na economia, como é o caso do Sistema Financeiro Nacional e Internacional, que estão intrinsecamente ligados.

Nesse sentido, foram apresentados os conceitos e evolução do mercado financeiro, nacional e internacional, considerando também a evolução histórica da sociedade e os marcos ocorridos na sociedade.

## Atividade de Aprendizagem



Com base no site da BOVESPA ([www.bovespa.com.br](http://www.bovespa.com.br)) e nos conceitos apresentados nesta aula, identifique quais as melhores ações para investimentos em 2018.

## Aula 2 – Sistemas E Modelos De Políticas Econômicas

### Apresentação da aula 2

Nesta aula pretende-se apresentar os sistemas e subsistemas passando por políticas econômicas, evidenciando o efeito do Sistema Financeiro na

Evidenciação Socioambiental de Empresas em Países Emergentes e Desenvolvidos.

Nesse sentido serão contemplados alguns conceitos importantes, como é o caso do sistema econômico que pode ser entendido como um conjunto de elementos que têm como objetivo a produção, distribuição e o consumo de bens e serviços, no âmbito de uma economia. Outra definição relevante refere-se ao sistema capitalista, que tem como diretrizes a livre iniciativa, a propriedade privada e os fatores de produção na mão dos capitalistas.

Será verificada, ainda, a política econômica que se refere ao conjunto de medidas estatais que têm como diretriz o controle da oferta de moeda, conforme os interesses econômicos do país. Por fim, serão abordados os sistemas financeiros que têm o objetivo de manter a estabilidade econômica no país.

## Pesquisa



O artigo *Efeito do Sistema Financeiro na Evidenciação Socioambiental de Empresas em Países Emergentes e Desenvolvidos* avalia a influência do sistema financeiro da Austrália, do Brasil, do Canadá e da Índia sobre a extensão da divulgação de informações de responsabilidade social corporativa de empresas de setores ambientalmente sensíveis. Disponível em:

[http://www.spell.org.br/documentos/resultadobusca/?eou%5B%5D=&tipo\\_busca=simples&campo%5B%5D=TITULO&texto%5B%5D=sistema+financeiro+&eou%5B%5D=E&campo%5B%5D=TITULO&texto%5B%5D=&eou%5B%5D=E&campo%5B%5D=TITULO&texto%5B%5D=&mes\\_inicio=&ano\\_inicio=&mes\\_fim=&ano\\_fim](http://www.spell.org.br/documentos/resultadobusca/?eou%5B%5D=&tipo_busca=simples&campo%5B%5D=TITULO&texto%5B%5D=sistema+financeiro+&eou%5B%5D=E&campo%5B%5D=TITULO&texto%5B%5D=&eou%5B%5D=E&campo%5B%5D=TITULO&texto%5B%5D=&mes_inicio=&ano_inicio=&mes_fim=&ano_fim)

## 2. Sistemas e subsistemas econômicos

O **sistema econômico** pode ser entendido como um conjunto de elementos que têm a finalidade de produção, distribuição e o consumo de bens e serviços, no âmbito de uma economia. Sendo assim, configura-se como todos os princípios e técnicas que estão relacionados à economia de uma sociedade.

Existem alguns elementos básicos de um sistema econômico, que são:

- Fatores de produção que são os recursos produtivos, ou, ainda, os recursos humanos;
- A unidade produtiva, como é a estrutura da empresa;
- As instituições políticas, jurídicas, econômicas e sociais.

Nesse contexto, pode-se entender que o **sistema econômico** é um ramo da economia que tem como **objetivo** analisar as instituições que estabelecem a noção de propriedade, bem como as de movimentação do recurso econômico, e, por consequência, do desenvolvimento econômico. Logo, o sistema econômico de uma sociedade deve ser a unidade de estudo.

Existem vários tipos de sistemas econômicos na contemporaneidade, como é o caso do capitalismo, que se pauta pelas forças de mercado, livre iniciativa, e pela propriedade privada dos fatores de produção. Porém, existem também, entre outros, o socialismo, que tem como diretriz um órgão central de planejamento, em que a propriedade é estatal, inclusive as de produção.

Percebe-se que esses tipos de sistemas econômicos são antagônicos, porém, têm como denominador comum a influência na política e na economia de uma determinada sociedade.

Observa-se que o capitalismo é um sistema econômico que se pauta pelas forças de mercado, que tem como diretriz a livre iniciativa, ou seja, o indivíduo tem autonomia para realizar atividades econômicas sem a participação do Estado. Outra diretriz deste sistema econômico são as propriedades privadas, fatores de produção, logo, os detentores dos meios de produção são os capitalistas, ou seja, os que detém o capital.

Esse sistema (capitalista) pode ser visualizado nos países industrializados ou em fase de industrialização, que têm como força motriz os trabalhadores livres, assalariados, ou seja, que exercem suas atividades laborais em troca de salário. Nesse contexto, os capitalistas que são donos dos meios de produção contratam os empregados e devem dirigi-los a seu contento.

Em suma, pode-se entender que o capitalismo é um sistema em que os meios de produção têm como diretriz o lucro, em que os direitos individuais das pessoas são reconhecidos, assim como a propriedade privada. Nesse contexto, o Estado só se manifesta no intuito de inibir qualquer manifestação que venha a prejudicar o próprio capitalismo.

Dentro do sistema capitalista existem subsistemas que são o capitalismo financeiro (uma economia capitalista em que o grande comércio e a grande indústria são controlados pelo poder econômico dos bancos comerciais e outras instituições financeiras), o capitalismo industrial (as indústrias) e o capitalismo informacional (a tecnologia de informação).

O capitalismo está intrinsicamente ligado à globalização, que se refere à integralização de alguns fatores como: economia, social, cultural, política mundial, visto que estabelece como mercado o próprio mundo.

Sobre o socialismo, pode-se entender que é um sistema em que a propriedade é pública, ou seja, da coletividade; os bens devem ser divididos de forma igualitária, bem como as oportunidades econômicas. Esse sistema foi desenvolvido no século XVIII, por intelectuais que criticavam o capitalismo, como é o caso de Karl Marx, que tinha como pensamento que o socialismo seria consequência de uma luta de classes, ou, mais precisamente, de uma revolução do proletariado. O teórico afirmava, ainda, que, para alcançar o comunismo, a sociedade deveria passar pelo socialismo. Na opinião de Marx, o capitalismo é um sistema injusto, visto que mantém na mão de pequeno segmento da sociedade o capital, e, por consequência, os meios de produção.

Sendo assim, o comunismo seria um sistema que se pauta pela igualdade social, afirmando que a classe trabalhadora deveria estar com o poder político e econômico. Porém, somente, após passar por um regime (socialismo), poderia usufruir do comunismo, que se refere a uma fase em que o poder deve estar com um burocrata, que organize a sociedade para que essa se torne igualitária.



Um sistema econômico pode ser definido como a forma política, social e econômica, em que uma sociedade está organizada.

Dessa forma, percebe-se que nesse sistema está inserida a forma que é concebida a propriedade privada, a gestão da economia, a forma de circulação de mercadoria, o desenvolvimento tecnológico, ou, ainda, a divisão do trabalho e o consumo.



## 2.1 Modelos de política econômica

Conforme Mateus (1994), são várias as definições de política econômica:

"Conjuração deliberada de certos meios para alcançar determinados fins";

"Área econômica da política";

"Processo pelo qual o governo hierarquiza certos objetivos, à luz dos seus fins de política econômica geral e usa instrumentos ou alterações institucionais para os alcançar";

"Conjunto de decisões coerentes tomadas pelos poderes públicos visando alcançar certos objetivos relativos à situação econômica de um conjunto nacional, infranacional ou supranacional, através de diversos instrumentos e num quadro de maior ou menor prazo";

"Conjunto das decisões dos poderes públicos visando orientar a atividade econômica num sentido julgado desejável aos olhos de todos";

"Disciplina que investiga as regras de conduta tendentes a influenciar os fenômenos econômicos com vista a orientá-los num sentido desejado".

Nesse sentido, pode-se entender a **política econômica** como um conjunto de medidas estatais que tem como diretriz o controle da oferta de moeda, conforme os interesses econômicos do país. Assim, a política econômica pode ser a articulação do Estado no âmbito da economia e são, portanto, as decisões que o governo executa para operacionalizar a regulamentação e a estabilidade no âmbito econômico.

Percebe-se que, na política econômica, o Estado se articula também pela **moeda**, que pode ser entendida como a **liquidez do ativo**, visto que representa a facilidade em convertê-la em **dinheiro**. Observa-se, ainda, que existem vários investimentos financeiros que não têm essa liquidez, pois apresentam datas pré-estabelecidas, para que sejam retiradas da aplicação, o que dificulta tornar esses em dinheiro, e, por consequência, têm menor liquidez, como é o caso do imóvel – que demanda tempo para que seja tornado em dinheiro.

Verifica-se, nesse contexto, que um dos **objetivos da política econômica** é controlar a quantidade de dinheiro que circula na sociedade, visto que é necessário manter uma economia saudável, sem inflação. Esse controle é realizado, no Brasil, por meio do Banco Central (BACEN), que é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda.

Uma das formas do Banco Central realizar esse controle, é por meio da SELIC que se refere à **taxa básica de juros**, que tem como objetivo alterar os meios de pagamento dos bens e serviços no mercado, ou seja, altera diretamente a oferta de moedas na economia.

Observe que quanto menor for a circulação de moeda na economia, o ativo estará mais escasso, e, por consequência, os empréstimos das instituições estarão com juros maiores, pois esses produtos (empréstimo) estarão com maior procura.

Cabe destacar que as ferramentas de controle da economia pelo BACEN não se limitam à SELIC, pois, existem ainda, as operações de mercado aberto, depósitos compulsórios, redescontos bancários e controle e seleção de crédito. Sobre **os juros**, é importante destacar que estes influenciam diretamente as atividades econômicas, bem como a inflação.

Na sociedade brasileira, verifica-se que uma das políticas econômicas do governo é o sistema de metas de inflação, onde se estabelecem metas de inflação anual, que devem ser atingidas; ou seja, o Governo estabelece diretrizes para que as metas de inflação se mantenham conforme planejado. Nesse contexto, os juros são uma ferramenta para manter esse controle, visto que quando as taxas de juros são ampliadas, os investidores e os consumidores tendem a diminuir seus gastos.

Perceba que quando o **juro está alto**, o empresário **não realiza** empréstimos para construir um estoque, por exemplo, bem como diminui seu investimento. No caso das famílias, verifica-se uma **diminuição de consumo**, pois o parcelamento de compras de consumo diminui, em um contexto em que o juro torna caro essa transição. Outra atividade que ocorre quando os juros estão altos é a aplicação do dinheiro em poupança pelas famílias que diminuem seu consumo de bens e serviços.

A **redução de investimento** e de **consumo**, tanto das empresas, quanto das pessoas, de modo geral, diminuem as atividades econômicas do mercado e, conseqüentemente, ocorre o **decréscimo da demanda** dos bens e serviços. Assim, os preços caem, gerando uma diminuição da inflação, que pode ser considerada, visto que os preços de mercado também diminuem.

Em suma, com a redução da demanda (compra dos bens e serviços), os preços tendem a cair, e a inflação também diminui. Portanto, os juros podem ser



um eficiente mecanismo para que os preços fiquem dentro da meta estatal. Entretanto, manter os juros altos por muito tempo pode ocasionar a redução da atividade econômica e do crescimento do PIB – produto interno bruto – devido ao aumento do saldo devedor da dívida interna, pressionando o *déficit* interno.

Para controlar a **oferta de moeda**, o Banco Central, também emite papel moeda, porém, essa ação pode gerar um aumento de inflação, pois não se verifica um aumento da riqueza do país, mas, sim, apenas a emissão de mais dinheiro circulando.

A moeda pode ser entendida como qualquer bem que tem a finalidade de troca, logo, ao entregar as moedas, que podem ser metálicas, ou papel, o indivíduo recebe o bem ou serviço. Sendo assim, as transações econômicas envolvem os bancos e demais agentes econômicos, como é o caso do produtor, do fornecedor, ou, ainda, do consumidor, entre outros.

## 2.2 Sistema econômico

No que tange ao sistema econômico e seus subsistemas, são conceitos intrinsecamente ligados, visto que o sistema se refere a um rol de elementos que estão interligados, de forma lógica. Nesse sentido, dentro de um sistema existem subsistemas, ou seja, conjuntos menores de elementos, que se agrupam desenvolvendo uma função. Sem um subsistema, o sistema por si só não funciona, ou realiza sua função de forma precária. Em síntese, o **sistema** é o conjunto de subsistemas, que estão inter-relacionados.

Sendo assim, analisando o sistema econômico, verifica-se que este refere-se a um conjunto, ou seja, um sistema que possui vários subsistemas, que tem funções próprias, mas também contribuem para o alcance dos resultados. Sob esse viés, pode-se entender o sistema como um processo estruturado, que pode orientar na tomada de decisão de um gestor, no intuito de um melhor resultado.

No tocante ao sistema financeiro nacional, pode-se entender como o conjunto de várias instituições e órgãos, que têm como objetivo estabelecer o bom andamento do mercado financeiro, bem como possibilitar que os recursos financeiros dos investidores sejam utilizados pelas empresas.



Logo, o sistema financeiro brasileiro tem como finalidade servir de ponte nas operações de investimentos.

O Sistema Financeiro tipifica-se em dois subsistemas:

**Subsistema Normativo:** regula e fiscaliza o mercado financeiro e é composto pelo:

- Conselho Monetário Nacional (CMN);
- Banco Central (BACEN);
- Secretaria de Previdência Complementar (SPC);
- Comissão de Valores Mobiliários (CVM);
- Superintendência de Seguros Privados (SUSEP);
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS);
- Caixa Econômica Federal (CEF);
- Banco do Brasil (BB).

**Subsistema Operativo:** construído pelas instituições que intermediam a realização da transferência de recursos entre fornecedores e tomadores de recursos. Sendo esses órgãos, entre outros:

- Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE);
- Cooperativas de Crédito; Bancos de Investimentos;
- Sociedades Corretoras;
- Sociedades de Crédito Imobiliário;
- Bancos Cooperativos.

Cabe salientar que o sistema financeiro nacional está submisso ao Conselho Monetário Nacional e ao BACEN. Em caso de descumprimento das regras estabelecidas, os órgãos que compõem os subsistemas podem ser penalizados pelo Conselho Monetário Nacional – CMN.

## Pesquisa

---



O artigo *Decisões sobre as formas de governança na perspectiva de capacidades: uma análise do sistema financeiro brasileiro* propõe-se a analisar as decisões sobre formas de governança do sistema financeiro brasileiro, segundo a perspectiva das capacidades. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/42483/deciso-es-sobre-as-formas-de-governanca-na-perspectiva-de-capacidades--uma-analise-do-sistema-financeiro-brasileiro>

## Vídeo

---



O vídeo *O que é o Mercado Financeiro* reforça os conceitos de mercado financeiro, os conceitos de agentes econômicos superavitários e deficitários, bem como o funcionamento e a estrutura do sistema financeiro nacional. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZdyQ4zruwpo>

### Resumo da aula 2

Nesta aula pôde-se abordar os sistemas e subsistemas econômicos, bem como os diferentes modelos de política econômica. Assim, foi possível distinguir os conceitos de mercado financeiro, de agentes econômicos superavitários e deficitários, bem como o funcionamento e a estrutura do sistema financeiro nacional – essenciais em um ambiente de competitividade.

## Atividade de Aprendizagem

---



Considerando os conceitos apresentados nesta aula, discorra sobre sistema econômico nacional.

## Aula 3 – Sistemas e Mercado Financeiro Internacional

### Apresentação da aula 3

Nesta aula serão estudados: o Sistema monetário internacional, as trocas internacionais, o mercado e os regimes de câmbio, lembrando que esses conceitos estão ligados diretamente a um comércio entre nações e às suas trocas internacionais. Outro assunto a ser contemplado serão os indexadores que se referem a taxas de reajustes, que têm a finalidade de manter o mercado financeiro estável.

Em seguida, serão apresentados os títulos de renda fixa – uma categoria de investimento que tem um retorno pré-estabelecido. Por fim, será abordado sobre o mercado financeiro, que pode se dividir em Mercado monetário, Mercado de crédito, Mercado de capitais e Mercado cambial.

### 3.1 Sistema monetário internacional, trocas internacionais, mercado e regimes de câmbio

Para refletir-se acerca do Sistema Monetário Internacional, em primeiro lugar, deve-se ter em mente que ele tem como suporte a Economia. Nesse sentido, será contemplado ao longo desta aula um retrospecto, com ênfase, em especial, às grandes crises mundiais, não segundo um viés político, mas, sim, econômico.

Vale ressaltar que houve muitas alterações políticas, sociais e econômicas no mundo e, por conta delas, o mercado precisou ser ajustado em diversas ocasiões, emergindo, então, a criação de um Sistema Monetário Internacional que tratasse de forma igualitária as moedas e as chamadas **trocas internacionais** cambiais.

Assim, as relações financeiras passaram a ser geridas de forma hegemônica pelos países mais poderosos do período, como foi a Inglaterra, os Estados Unidos, entre outros, que, aos poucos, foram criando regras e normalizando a estrutura financeira mundial com objetivos de disciplinar as relações comerciais, sempre com os interesses dos grandes líderes. Nesse

contexto, em relação a este sistema, concebemos o conceito de **Sistema Monetário Internacional**.

No Sistema Monetário Internacional, devemos dar ênfase ao comércio entre nações e às suas **trocas internacionais**, ponderando que existem mediadores nas negociações, e, neste cenário, onde tantas moedas existem e são utilizadas, conversões são necessárias e, portanto, cabe destacar alguns pontos como: as **Taxas de câmbio e a Política cambial**.

Conceitualmente falando, entende-se por **taxa de câmbio** justamente a relação entre as moedas de dois ou mais países. Nesse sentido, ela irá expressar o valor de uma moeda em relação a outra.

**Por exemplo: se temos como valor do dólar US\$ 1,00 e o real R\$ 5,00, significa dizer que a taxa de câmbio é de R\$ 5,00 por US\$1,00.**

Importante destacar que, diante de um mercado altamente competitivo e com diferenças monetárias para poder integrar ofertantes e demandantes, é necessária uma certa equivalência para que as trocas ocorram em ambiente homogêneo. Sob esse viés, este mercado concorrencial pode sofrer variações cambiais com a finalidade de ajuste.

Nesse cenário, a **política cambial**, na visão de Fortuna (2014 p. 67), deve ser “cuidadosamente administrada no que tange ao seu impacto sobre política monetária”, dessa forma, devemos entender que, caso ocorram volumes significativos de exportações, podem ocorrer reflexos monetários, pois temos “ingressos de divisas”, e, portanto, no caso do Brasil, mais reais em caixa.

Nesta mesma linha de raciocínio, se temos uma situação contrária na qual as importações são significativas, vale dizer que teremos uma queda nas divisas, pois o comércio foi afetado com a saída maior de recursos. Dessa forma, uma boa política cambial deverá contemplar as duas situações: exportações e importações em equilíbrio, que podem ser assegurados por financiamentos externos, para que não tenhamos reflexos inflacionários.

Nesse **mercado cambial**, existem modalidades diversas de funcionamento, em que podem ocorrer taxas flutuantes ou flexíveis e taxas fixas. Entende-se, por **taxa flutuante**, o contexto em que elas agem de acordo com a força do mercado, ou seja, variam de acordo com as alterações entre oferta e

demanda. Por outro lado, no caso das **taxas fixas de câmbio**, os valores são pré-fixados por autoridades econômicas, garantindo, desta forma, o equilíbrio. Pode-se observar, ainda, que quando o mercado cambial atua na proximidade das taxas fixas e flutuantes ocorre o denominado **regime cambial**.

Nesse sentido, o **regime cambial** pode ser entendido como o mecanismo de regulamentação de ajuste institucional que deverá reger o mercado. Fortuna (2014 p. 486) corrobora ao afirmar que: no caso da “internacionalidade do comércio em confronto da nacionalidade da moeda deverá a existir a necessidade do mercado de câmbio”.

### 3.2 Taxas de juros e indexadores

Pode se entender os **indexadores** como as taxas de reajustes, que têm como finalidade acompanhar as atividades econômicas, retificando os preços de mercado, bem como mantendo o mercado estável. Por meio desses indexadores, a economia se movimenta, visto que ocorre, por exemplo, o aumento do salário mínimo, o aumento de preços de bens e serviços.

Os principais indexadores são: a **SELIC** e a **IPCA**, sendo que esses podem influenciar diretamente nos investimentos realizados em todos os setores econômicos.

Observa-se que os investimentos que têm os índices pré-estabelecidos não dependem dos indexadores, e, por consequência, possuem uma maior proteção de investimento. Todavia, as aplicações pós-fixadas dependem de como esses indicadores serão desenvolvidos num determinado espaço de tempo. Existem, ainda, os investimentos híbridos, em que uma parte do investimento será com taxas fixas, e outra será com um indicador flexível, verificando-se que, nesse caso, o investimento pode não ser totalmente perdido.

Os principais **indexadores** são:

- O **IPCA** (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) pode ser entendido como o índice oficial da inflação do país, que resulta de uma pesquisa mensal realizada pelo IBGE, cujo escopo é a cesta de produtos do POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares). As coletas desses dados são realizadas com famílias com renda até quarenta salários mínimos, que possuem residência nas principais



regiões do Brasil. O cálculo deste índice refere-se à média de variação de preços do atual mês com o mês que passou.

- A **Taxa SELIC** (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) é utilizada pelo Banco Central para controlar as emissões e operações relacionadas aos títulos federais.
- O **CDI** (Certificado de Depósito Interbancário) pode ser entendido como a média das taxas de juros dos empréstimos realizadas entre os bancos.
- O **IGPM** (Índice Geral de Preços do Mercado) refere-se a uma medida da variação dos preços de produtos e serviços, realizada pela Fundação Getúlio Vargas, nos períodos de 21 do mês atual até 20 do próximo. Esse índice é composto por 60% do Índice de Preços por Atacado – IPA-M, 30% do Índice de Preços ao Consumidor – IPC-M e 10% do Índice Nacional do Custo da Construção INCC-M. Esse indexador é o mais utilizado nos casos de títulos híbridos, a exemplo das debêntures.

### 3.3 Títulos de renda fixa e sua avaliação

A **Renda Fixa** pode ser entendida como categoria de investimento que tem um retorno pré-estabelecido, ou seja, no contrato, o investidor saberá qual será o lucro que receberá no final do seu prazo. São consideradas renda fixa a Letra de Crédito Imobiliário – LCI; a Letra de crédito do Agronegócio – LCA; o Certificado de Depósito Bancário – CDB; a Letra Financeira – LF; a Letra de Crédito – LC; o Tesouro Direto; as Debêntures; o COE e a caderneta de poupança.

Esses investimentos (Renda Fixa) podem ser comprados diretamente nas instituições bancárias, ou, ainda, em corretoras de valores. Lembrando que o Tesouro Direto, emitido pelo Governo Federal, se refere a títulos públicos; para investir, é necessário ter conta ativa em um banco de investimento ou em uma corretora, bem como um aporte inicial o valor de R\$ 30,00.

A Renda fixa pode ser de dois tipos:

- **Pré-fixada**, que são investimentos com taxas estabelecidas no momento do investimento.

- **Pós-Fixadas**, aquelas em que o rendimento vai ser estabelecido conforme o mercado financeiro e, nesse contexto, o investidor não sabe qual o valor do seu rendimento, nem mesmo se existirá.

Perceba que a renda fixa pode ser entendida como um empréstimo de dinheiro que o investidor realiza para o banco, com índices que podem ou não variar, dependendo da modalidade desta.

### **3.4 Mercados financeiros (*money market*, crédito bancário e mercados de capitais)**

Conforme Bifano (2009), os mercados financeiros “se baseiam nas espécies de instituições operadoras. Nesse sentido, há cinco espécies de atuação: bancária, não-bancária, de poupança e empréstimo imobiliário, por (instituições) auxiliares e (por instituições) não-financeiras.

Podendo ainda, ser dividido em:

- Mercado monetário: abrange as operações de curto prazo.
- Mercado de crédito: estabelece as operações de financiamento de curto e médio prazos, direcionadas às operações com ativos permanentes de capital de giro das empresas.
- Mercado de capitais: traz as operações de financiamento de médio e longo prazos e de prazos indeterminados, como operações com ações.
- Mercado cambial: inclui as operações de conversão de moeda de um país pela de outro.

O mercado monetário, também conhecido como **Money Market**, compreende somente as instituições financeiras, que realizam três tipos principais de operações:

#### **1. Captação de fundos, com a finalidade de aplicação;**



2. **Delegação de fundos excedentários;**
3. **Arbitragem e gestão de risco de taxa de juro.**

O **crédito bancário** pode ser entendido como uma modalidade de empréstimo de dinheiro, na qual a instituição financeira cede seu capital com o objetivo de obtenção de lucro, visto que o cliente, ao devolver o valor ao banco, deve fazê-lo com juros e correção monetária.

O **Mercado de Capitais** é um sistema que tem como finalidade a distribuição de valores mobiliários, que proporciona liquidez aos títulos de emissão de empresas e viabiliza o processo de capitalização. Assim, é constituído pelas bolsas de valores, sociedades corretoras e outras instituições financeiras autorizadas. Sob esse viés, os principais ativos negociados são: ações, títulos de dívidas e derivativos.

Assim, o Mercado de Capitais, na visão de Fortuna (2014), pode ser definido como:

Um sistema de distribuição de valores mobiliários, que tem como objetivo canalizar recursos de médio e longo prazo para as empresas e proporcionar liquidez nas operações de compra e venda de títulos e valores mobiliários. São considerados ativos do mercado de capitais: ações, debêntures e bônus de subscrição; os cupons, direitos, recibos de subscrição e certificados de desdobramentos; os certificados de depósitos de Valores Mobiliários; as cotas de Fundos ou clubes de investimento; as notas comerciais (*Commercial Paper*) e cédulas de debêntures; e derivativos.

Nesse sentido, verifica-se que o mercado financeiro compreende o ambiente de compra e venda de valores mobiliários, sejam eles as ações, ou, ainda, moedas estrangeiras e mercadorias, como é o caso do ouro e produtos agrícolas.

## Vídeo



O vídeo *Funcionamento do sistema monetário internacional* propõe-se a explicar como o dólar é criado e como funciona o sistema monetário americano.

Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=RUXa5qCwJV4&list=PLlrZ\\_qhcgbaLbvbXSF\\_ADi\\_PP9wKUHUGQ](https://www.youtube.com/watch?v=RUXa5qCwJV4&list=PLlrZ_qhcgbaLbvbXSF_ADi_PP9wKUHUGQ)

# Converse Com Seus Colegas



Entre em contato com seus colegas de curso e troque informações a respeito de seus conhecimentos ou experiências prévias com o mercado financeiro e investimentos.

## Resumo da aula 3

Nesta aula foram contemplados assuntos relacionados ao sistema internacional, às trocas cambiais, aos regimes de câmbio, entre outros. Desse modo, buscou-se evidenciar como ocorrem as trocas internacionais, o funcionamento de captação e aplicação de recursos em um contexto contemporâneo.

## Atividade de Aprendizagem



Verifique por meio de pesquisa e aponte as principais cotações de mercado, que são: o dólar em relação ao real, o euro em relação ao real, e o preço do petróleo.

## Aula 4 – Sistema financeiro internacional

### Apresentação da aula 4

Nesta aula busca-se aprofundar os estudos relacionados ao mercado financeiro, suas linhas de créditos, bem como apresentar o padrão ouro, o mercado euro-dólar e alguns produtos financeiros como: CDBs e RDBs, CDI, *factoring*, *Commercial Papers* e Debêntures.

# Pesquisa



O artigo *Análise do impacto da variação cambial no Preço de Transferência e no resultado do período: o caso da Fiat Automóveis S/A*, do professor Douglas Colauto, tem o objetivo de mostrar o impacto da valorização do Real no resultado contábil do período comparado ao Dólar e ao Euro em uma empresa automobilística.

Disponível em:

[http://www.spell.org.br/documentos/resultadobusca/?eou%5B%5D=&tipo\\_busca=simples&campo%5B%5D=&texto%5B%5D=mercado+euro+dolar&eou%5B%5D=E&campo%5B%5D=TITULO&texto%5B%5D=&eou%5B%5D=E&campo%5B%5D=TITULO&texto%5B%5D=&mes\\_inicio=&ano\\_inicio=&mes\\_fim=&ano\\_fim](http://www.spell.org.br/documentos/resultadobusca/?eou%5B%5D=&tipo_busca=simples&campo%5B%5D=&texto%5B%5D=mercado+euro+dolar&eou%5B%5D=E&campo%5B%5D=TITULO&texto%5B%5D=&eou%5B%5D=E&campo%5B%5D=TITULO&texto%5B%5D=&mes_inicio=&ano_inicio=&mes_fim=&ano_fim)

## 4.1 Sistema Financeiro Internacional

O Sistema Financeiro Internacional, muitas vezes denominado de Regime Monetário Internacional, se desenvolveu durante a Segunda Guerra Mundial, em 1944, a partir da reunião ocorrida em *Bretton Woods* e que teve a participação do Brasil.

Esse sistema é conceituado como o conjunto de operações e instituições que têm por objetivo fazer a interface entre ofertante e demandantes de recursos financeiros em um ambiente, por meio de agentes e de regras, instruções e organização para pagamentos internacionais, sendo que, na visão de Salvatore (2000), podem ser tipificados a partir de delimitação das taxas de câmbio ou ainda pelos ativos de reservas internacionais.

Esse sistema teve um marco na economia Mundial, como veremos mais adiante, que foi o acordo de *Bretton Woods* – ele dá origem ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Essas instituições dão início às suas atividades em 1947, tendo em vista as ratificações e inclusões de membros participantes.

Destaque para o fato de que o FMI institucionalmente ocupa posição internacional e tem por objetivo, além de regular, agir no funcionamento do

sistema financeiro mundial, estabelecendo e controlando as taxas de câmbio, bem como a balança de pagamentos. Dessa forma, ele está cuidando da estabilidade monetária de cada país membro e evitando, assim, a falta de equilíbrio financeiro e cambial – o que poderia prejudicar as transações comerciais mundiais.

No tocante às classificações de reservas internacionais, podemos ter, à luz de Salvatore (2000 p.390), “ um padrão ouro sistema de taxas de câmbio fixas, um padrão fiduciário puro (tal como uma taxa de cambio pura), ou ainda um padrão ouro-cambio (combinação dos dois anteriores)”.

- **Padrão-ouro:** Esse sistema esteve vigente no período de 1880 até 1914, ocasião da Primeira Guerra Mundial, e tinha como objetivo atrelar as moedas de seus países ao ouro. Nesse cenário, os países maiores definiram que existiria um padrão por meio do qual seria possível ter uma unidade monetária equivalente em ouro.

Nesse contexto, seria possível, portanto, calcular os valores das moedas por outro, tendo por base a relação em ouro necessária para a troca, e, assim, ficava determinada a **taxa do câmbio**. Foi, na verdade, a primeira ocorrência de trocas monetárias na história mundial por meio de dispositivos e regulamentações.

No período do padrão-ouro como moeda dos países ofertantes, o ouro dava, na visão de Salvatore (2000 p. 391), “a medida de *superávit* no balanço de pagamento das nações, assim como os *déficits* deveriam ser acertados em ouro”, com isso, as reservas das nações não tinham limite e, de alguma forma, seria preciso agir de modo corretivo.

Todavia, veio a crise mundial, com a 1ª Grande Guerra, que culminou com a finalização do padrão-ouro, uma vez que os países passaram a agir por meio de suas políticas econômicas, dificultando, dessa forma, a ligação ao ouro. Diante disso, apresentou-se um período entre as duas grandes guerras onde não existiu um mecanismo de ajustes e, por conta dos desequilíbrios nos balanços de pagamentos, houve depressão e um grande fluxo de capitais

internacionais em desequilíbrio, demandando a reunião e o acordo de *Bretton Woods*.

## Curiosidade



Durante o período Entre Guerras, o Padrão dólar-ouro como as moedas dos países deveriam estar vinculadas ao dólar, e o valor seria de US\$ 35,00 cada onça de ouro.

### 4.2 De *Bretton Woods* ao Euromercado (euro-dólar)

Devemos nos reportar ao período anterior à 1ª Guerra Mundial, quando os países que faziam parte do padrão-ouro tentavam de tudo para manter e defender suas reservas de ouro, em bancos centrais. Nesse momento, as condições de ascensão política dos trabalhadores não eram possíveis, tendo em vista a deflação e o desemprego do pós-guerra, o que impedia as valorizações cambiais e o sistema de mercado de capitais passava por especulações.

Nesse contexto, apesar da luta pela recuperação econômica ao longo dos anos, veio a 2ª Guerra causando desvalorizações competitivas e crescimento de políticas de proteção, o que, de certa maneira, manteve um sistema não-cooperativo e instável.

Com esse cenário, emergiu um capitalismo desregulado que, de certa forma, teve grandes impactos, gerando, por consequência, novas imposições no mercado, permitidas pelas forças sociais, que tinham uma visão diferenciada e progressista no tocante ao papel dos Estados Unidos. Assim, foi possível ter um outro entendimento com relação ao padrão monetário, impondo limites aos interesses da iniciativa privada.

Foi, portanto, necessária a criação de novas instituições e novo ordenamento do sistema monetário internacional, passível de superação ao chamado padrão-ouro e, nesse cenário, além de regras, foi preciso a criação de:

um sistema monetário internacional capaz de superar as enormes limitações que os sistemas então conhecidos, o padrão-ouro e o sistema de desvalorizações cambiais competitivas, haviam imposto não apenas ao comércio internacional, mas também à própria operação das economias domésticas. (CARVALHO, 2004, p. 51).

Em 1944, os representantes da ONU se encontraram em *Bretton Woods*, para pensar e redefinir um novo padrão monetário internacional que permitia a previsão de algumas mudanças nos valores nas nações industrializadas.



#### **Conferência de *Bretton Woods*, 1944**

Fonte: <http://opiniaoenoticia.com.br/wp-content/uploads/reunion.jpg>

Nesse acordo, algumas definições foram traçadas, como a de que cada país deveria manter a taxa de câmbio de sua moeda a partir do preço do dólar que ficaria fixado e onde deveria correr uma variação de apenas cerca de 1%. Assim, a moeda americana estaria vinculada ao valor do ouro. Acrescido a isso, novas instituições multilaterais foram desenvolvidas e destinadas a acompanhar esse novo sistema financeiro, garantindo, desta forma, liquidez na economia: o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Destaca-se que com o sistema de livre fluxo de comércio e capitais, teve início a base do capitalismo, representando o maior ciclo de crescimento da história. Entretanto, desde 1944, mudanças ocorreram e a hegemonia americana não foi a mesma, dando origem à ascensão de países emergentes como a China, que tiveram um crescimento econômico mundial de grande relevância.

Esse acordo de *Bretton Woods*, conforme Salvatore (2000), esteve presente na economia até 1971, sendo que a sua principal realização foi a criação dos Direitos Especiais de Saque (DESS), também chamado de papel-



ouro, que são lançamentos contábeis nos livros do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Observa-se que o acordo não teve um ajuste de confiança e liquidez e entrou em decadência, tendo em vista que houve uma demanda por ouro mundial, e Richard Nixon, então presidente dos Estados Unidos, não conseguiu manter a chamada conversibilidade do dólar-ouro, além dos sucessivos *déficits* que foram ocorrendo no balanço de pagamento.

Como a crise no sistema era mundial e agora não mais existia a vinculação do dólar ao ouro, previram-se conflitos econômicos e desvalorizações afetando o comércio internacional e os investimentos, e, com o dólar se tornando cada vez mais instável, conforme a busca de um mercado financeiro internacional, desenvolveu-se, segundo Lemes e Jr (2010 p. 550), uma nova e moderna rede em nível mundial de “transações de euromonedas”, em 1960. Nesse sentido, deu-se origem ao período do euromercado e das euromonedas que, para os mesmos autores, são: “as transações financeiras em outra moeda que não a do país de origem”.

Tendo por prefixo o euro derivado da Europa, suas transações são denominadas, por algumas vezes, de *offshore*, e, ainda, os depósitos de dólares que são realizados fora dos Estados Unidos são chamados de **eurodólares**, mesmo que estes sejam provenientes de filiais estrangeiras.

Na visão de Lemes e Jr (2010 p.552), este sistema teve algumas vantagens, como o fato de poder obter empréstimos grandes por meio de sindicatos bancários, de poder seguir horários dos mercados de outros países, ter impostos reduzidos, entre outros.

Assim, coube ao mundo voltar ao **sistema de moedas fiduciárias flutuantes** entre si. Destaca-se que no bloco ocidental europeu, houve um entrelaçamento e as taxas de câmbio foram amarradas umas às outras. Desse modo, ao ter o dólar desvalorizado, outras moedas tiveram uma supervalorização no mercado de câmbio, como marco alemão, o franco suíço e o iene japonês, e, neste cenário, alguns economistas influenciaram as autoridades monetárias, segundo a perspectiva de que este seria o modelo ideal.

Entretanto, este sistema estava longe de ser perfeito, pois os países fortes não gostaram e passaram a exigir moedas mais caras, gerando, portanto, novas

desvalorizações e crises econômicas, e, por conseguinte, novas incertezas e flutuações cambiais até a queda do dólar em 1973.

## Pesquisa

---



Em seu artigo *Banco Mundial: dos bastidores aos 50 anos de Bretton Woods (1942-1994)*, João Márcio Mendes Pereira discorre a respeito da história do Banco Mundial desde as primeiras negociações entre Estados Unidos e Grã-Bretanha para o desenho da nova ordem econômica mundial no período pós-guerra. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2237-101X2014000200527](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2014000200527)

### 4.3 Produtos financeiros

Considerando a concepção de “mesa de operações” (FORTUNA, 2014 p. 219), as instituições financeiras passaram a monopolizar as operações comerciais que envolvam juros e taxas. Assim, uma das finalidades é justamente a captação de recursos nacionais para, por meio de taxas, obter recursos com custos cada vez menores. Assim, tendo em vista alguns fatores como a criatividade das instituições e a tributação dos governos, são muitos os títulos que possibilitam melhores rendimentos.

Neste cenário pode-se afirmar que o número e a variedade de títulos negociáveis para o investidor fazem com que surjam dúvidas na escolha, visto que, além dos títulos emitidos pelos governos: federal, estadual e municipal, tem-se também a emissão de títulos privados como: Certificado de Depósito Bancário – **CDB**, o Recibo de Depósito Bancário – **RDB**, os Certificados de Depósito Interbancário – **CDI**, os **fundos**, que são aplicações de curto prazo, sejam fundos de renda fixa, de Ouro, de *comodities*, ações (carteira livre e conservador), os chamados **commercial papers**, **debêntures** e as **factoring**, entre outros.

Os Certificados de Depósito Bancário – **CDB**, são títulos **de renda fixa**, emitidos por bancos em que o rendimento pré ou pós-fixado (definidos no momento da contratação) é realizado diante de uma aplicação direta na



instituição financeira escolhida pelo investidor. Nesta modalidade, ao aplicar o capital, o investidor está, na verdade, proporcionando ao banco linhas e concessão de créditos aos seus clientes, por meio de uma taxa, acrescido dos juros, que serão restituídos ao investidor no momento do vencimento do certificado.

No tocante aos CDBs pós-fixados, vale ressaltar que eles utilizam como taxas referenciais a taxa **CDI** (Certificado de Depósito Interbancário) e a taxa **Selic**. No que diz respeito aos certificados na modalidade “pré”, a remuneração ocorre na aquisição do título e está passível das variantes taxas de juros ocorridas no mercado, ambos são passíveis de endosso.

Destaque ainda para o fato de que podem existir títulos na combinação pré e pós-fixada, mas o usual e mais encontrado são os que têm a taxa inicial fixa somada ao índice de preço do consumidor amplo- IPCA.

No que tange ao Recibo de Depósito Bancário – **RDB**, estes são títulos muito parecidos com os CDB, entretanto não são endossáveis. Contudo, são também fontes de captação de recursos dos bancos para posteriores empréstimos. Nessa modalidade, os juros são pagos ao investidor por ocasião do resgate, ou vencimento, sendo que os valores e prazos sofrem variações decorrentes do produto e da instituição financeira.

Ambos podem ser emitidos por bancos múltiplos, bancos comerciais, de desenvolvimento e bancos de investimento, mas a diferença entre eles é de que o RDB também pode ser emitido pelas cooperativas de crédito e financiamento, bem como pelas sociedades de crédito e financiamento.

Pondera-se, à luz de Fortuna (2014), que para calcular a rentabilidade líquida de um CDB é necessário considerar o imposto de renda, e que, desde 01/01/05, a alíquota é decrescente de 22,5 a 15%, sendo até 06 meses 22,5%; 06 meses a um ano 20%, de um ano a dois paga 17,5% e acima de 02 anos paga 15% de imposto sobre o capital. Nesse cenário, o autor coloca o exemplo numérico com os seguintes dados:

**a) Valor aplicação (VA) = R\$ 1.000.000,00 Período = 30 dias**

**b) A Renda sobre o ganho de capital = 22,5%**

**c) Taxa de juros no período (TJ)= 1,2%**

**1) Valor dos juros no período (VJ)**

$$VJ = VA \cdot TJ/100 \rightarrow 1.000.000,00 \times 0,012$$

$$\mathbf{VJ = 12.000,00}$$

2) Valor do Resgate bruto (VB)

$$VB = VA + VJ = 1.000.000,00 + 12.000,00$$

$$\mathbf{VB = 1.012.000,00}$$

3) Ganho nominal no período (GN)

$$GN = VB - VA = 1.012.000,00 - 1.000.000,00$$

$$\mathbf{GN = 12.000,00}$$

4) Valor do imposto a ser descontado (VI)

$$VI = GN \cdot 22,5/100 \rightarrow 12.000 \cdot 0,0225$$

$$\mathbf{VI = 2.700,00}$$

5) Valor de juros líquido (VL)

$$VL = VJ - VI = 12.000,00 - 2.700,00$$

$$\mathbf{VL = 9.300,00}$$

6) Valor do resgate líquido (RL)

$$RL = VA + VL = 1.000.000,00 + 9.300,00$$

$$\mathbf{RL = 1.009.300,00}$$

7) Taxa de rentabilidade líquida (TL)

$$TL = [(RL/VA) - 1] \cdot 100 \rightarrow [(1.009.300,00/1.000.000,00) - 1] \cdot 100$$

$$\mathbf{TL = 0,93\%}$$

Cabe destacar que, se você for escolher um destes investimentos, deve optar por aquele que melhor se adeque às suas necessidades, prazos de vencimento e situação de mercado no dia, posto que, às vezes, taxas mais atrativas podem iludir momentaneamente o investidor e ocultar riscos maiores

Tem-se também o **CDB – DI** ou antigo CDB – Over, que tem liquidez diária e também é pós-fixado. Nele é possível ter ganhos progressivos, caracterizando-se por taxas de retorno que aumentam com o prazo de aplicação. Nessa modalidade, quanto maior o prazo, maior é a remuneração.

Dentre os serviços financeiros, temos também os chamados **Commercial Papers**, que são títulos de curto prazo, também emitidos com a finalidade de captação de recursos para capital de giro, ou outras contas classificadas no ativo circulante). Na visão de Lemes e Jr (2010 p. 554 e 555), esta é uma opção de “baixo custo aos empresários bancários” e ainda decorrente do fato de que como

tem “vencimento inferior a nove meses fica isento de registros na *Securities Exchange Commission (SEC)*, o equivalente a Comissão de Valores Mobiliários (CVM)”.

Nessa modalidade, os títulos têm a emissão direta por uma empresa financeira ou industrial direto aos investidores. Esses títulos não têm garantia real, todavia, pode ter fiança bancária. Nela os juros são cobrados quando ocorrer o vencimento ou no desconto.

Na visão de Lemes e Jr (2010), a emissão dos *papers* ocorre em decorrência de algumas necessidades das empresas, como:

- Financiar projetos de investimentos;
- Tomar recursos com taxas melhores do que nos bancos;
- Obter maior controle da dívida empresa;
- Obter recursos para garantir desconto com fornecedores, entre outros.

Essa modalidade permite maior agilidade na contratação às captações das empresas. Seus títulos são endossáveis, têm prazo mínimo e máximo, variando de 30 a 360 dias e, como pode ocorrer a fiança bancária, é preciso registrar na CVM e obter um agente financeiro (banco) como intermediador.

#### **4.3.1 Factoring**

Originária da Europa, a evolução histórica da *Factoring* é datada dos séculos XIV e XV. Nessa época, existia o vendedor de mercadorias para terceiros mediante o pagamento de comissão, o chamado “agente fator”. Com o passar dos tempos, esses vendedores, visto que conheciam seus clientes, o mercado, e os fornecedores da mercadoria, passaram a conceder adiantamento – nascia, então, o *factoring*.

Na visão de Lemes Júnior (2010. p.439), são consideradas como **factoring** “as operações em que as empresas realizam a transferência efetiva de créditos emitidos contra clientes, no caso as duplicatas, para a casa *Factoring*, também denominada Agente *Factor*, que não assume o risco de recebimento”. Como são, na realidade, operações de cessão de direitos, elas

não são consideradas operações de crédito, sendo, portanto, considerada uma atividade comercial de fomento, onde irão ocorrer taxas de juros e serviços.

Nesta modalidade, as micro e pequenas empresas encontram liquidez financeira imediata, pois esta é a sua finalidade, fomentar. Neste cenário, as principais operações de *factoring* encontradas no Brasil são:

- Adiantamento sobre títulos comprados pelo Agente *Factor*;
- Operações liquidadas no vencimento;
- Adiantamento sobre títulos a serem emitidos;
- *Factoring* contra a entrega de mercadorias;
- Administração do Caixa ou *Trustee*.

Todavia, apesar da liquidez imediata, há que se destacar que os custos nessa modalidade podem ser maiores do que quando as empresas buscam o crédito nos bancos, visto que aqui o risco operacional é da *Factoring* e ela terá uma operação mais cara, e ainda na composição dos custos tem-se a comissão, os juros, e caução que, em média, está entre 5 e 15% do valor do título.

Porém, encontramos vantagens ao obter estes recursos, a exemplo da flexibilidade de financiamento, da eliminação do risco e da agilidade e rapidez. Essa é uma prática usual não só no Brasil como também em países europeus onde nasceu a *factoring* como: Itália, Holanda, Espanha, França e Bélgica, entre outros, bem como nos Estados Unidos.

#### 4.3.2 Debêntures

Consideramos **debêntures** um mecanismo para poder captar recursos no mercado de capitais, que é utilizado por sociedades anônimas, que precisam financiar suas atividades e projetos, ou mesmo para suprir o pagamento de suas dívidas. São, portanto, **títulos ou valores mobiliários emitidos** por estas empresas registradas na Comissão de Valores Mobiliários, na forma de empréstimos, proporcionando ao seu tomador, o debenturista, o direito ao crédito.

Vale destacar que os recursos advindos da emissão de debêntures poderão ser aplicados pela empresa em capital de giro, instalações, ou onde a

administração, ou o conselho de administração deliberar que serão necessários, posto que ao debenturista proprietário do título o que vale é a remuneração; os juros que ele irá obter até o resgate do valor principal.

Por tratar de Conselho de Administração, este é o órgão que irá, em companhias abertas, decidir a respeito da emissão desses títulos de crédito. No Brasil, sabe-se que em relação a investidores institucionais, os maiores são os bancos, fundos de pensão, entre outros.

Ressaltamos também que, para a sua emissão, são facultadas algumas condicionantes, como a Escritura de Emissão, onde se registram:

- O Interventor, ou Agente Fiduciário dos debenturistas;
- Os Direitos e deveres das duas partes;
- Garantias;
- A remuneração do investimento (juros, prêmios, entre outros);
- Prazo e data de vencimento do título, entre outros.

Evidencia-se que o vencimento é variável e é decorrente das diretrizes pactuadas por ocasião da emissão, podendo, inclusive, ser estipulada a possibilidade de resgate amortizável, seja ele parcial ou total. No tocante às garantias, quando são estabelecidas, podem ser: **Real ou Flutuante**. Em relação à **real**, além de comprometer os bens e direitos, ou seja, o ativo da empresa, não poderá haver negociação sem a provação dos debenturistas. Na **Flutuante**, por outro lado, não existe o impedimento.

As debêntures podem ser tipificadas em: **simples** (não tem seus títulos convertidos em ações); **convertíveis em ações** e **permutáveis** (podem ser transformadas em ações da empresa).

Apesar das normativas e dispositivos legais, existem riscos a serem ponderados, e, por conseguinte, ao buscar um investimento deste, cabe ao investidor solicitar maiores informações e ficar atento aos itens elencados na escritura de emissão, onde estão os expostos os direitos, as obrigações, e, ainda, buscar a existência de relatórios de classificação de risco emitidos por empresas específicas de risco.

## Resumo da aula 4

Nesta aula procurou-se evidenciar a importância do Mercado Financeiro no comércio, na produção e na vida das organizações. Contemplou-se, assim, o Sistema Financeiro, principalmente o acordo *Bretton Woods*, que tem como finalidade garantir a estabilidade do mercado de câmbio. Outro assunto analisado foram os produtos financeiros que são: Certificado de Depósito Bancário – CDB, o Recibo de Depósito Bancário – RDB, os Certificados de Depósito Interbancário – CDI, os fundos que são aplicações de curto prazo, sejam fundos de renda fixa, de Ouro, de *comodities*, ações (carteira livre e conservador), os chamados *commercial papers*, debêntures e as *factoring*, entre outros.

Na sequência, estudou-se sobre *factoring*, que se refere às operações em que as empresas realizam a transferência efetiva de créditos emitidos contra clientes, no caso as duplicatas, para a casa *Factoring* – também denominada Agente Factor, que não assume o risco de recebimento.

Por fim, explorou-se o conceito de debêntures que pode ser entendido como um mecanismo para poder captar recursos no mercado de capitais, utilizado por sociedades anônimas, que precisam financiar suas atividades e projetos, ou mesmo para suprir o pagamento de suas dívidas.

## Atividade de Aprendizagem



Com base nos conhecimentos adquiridos durante a aula 4, descreva uma linha do tempo do sistema financeiro nacional cruzando-a com o sistema monetário internacional.



## **Resumo da disciplina**

Nesta disciplina procurou-se apresentar conceitos e práticas de investimentos e captação de recursos referentes ao contexto do mercado financeiro, em que ocorrem a compra e a venda de ações, títulos, troca de moedas estrangeiras, bem como as negociações em bolsa de mercadorias.

Esse mercado, atuando em ambiente econômico, faz com que as instituições que buscam recursos e os investidores tenham seu dinheiro maximizado por meio de uma valorização do capital investido.

Assim, contemplou-se, ainda, as mais diferentes crises econômicas, sociais e políticas, que impactaram a sociedade, e percebeu-se o quão importante é o contexto histórico no desenvolvimento e na produção de bens e serviços. Nesse sentido, pôde-se concluir que, independentemente da era e do fato ocorrido, é necessário buscar o acesso aos conteúdos e leituras recomendadas em todas as dimensões: sociais, econômicas e políticas, pois estes fatores se aplicam em todas as empresas e setores da economia.

## Referências

AGLIETTA, Michel. O sistema monetário internacional: em busca de novos princípios. **Economia e Sociedade** 4.1 (1995): 127-150.

BIFANO, Elidie Palma, in “A tributação dos derivativos: conceito, dedutibilidade e discussões mais recentes”. **O direito tributário e o mercado financeiro e de capitais**. Roberto Quiroga Mosquera (org.). São Paulo: Dialética, 2009.

BM&FBOVESPA, **Mercado de ações: Fundamentos e definições**, 2011.

CARVALHO, Fernando C. de. **Bretton Woods** aos 60 anos. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n.70, p.51-63, nov.2004.

FERREIRA, José Antônio Stark. **Finanças corporativas: conceitos e aplicações**. São Paulo: Pearson Education, 2005.

FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. Sistema Financeiro Nacional Na República Federativa Do Brasil E A Atualização Monetária. **Revista Da Agu** 7.18 (2008).

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro Produtos e Serviços**, 19ª ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2014

GITMAN, Lawrence J.; SANVICENTE, Antonio Zoratto. **Princípios de Administração financeira**. 10. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2008.

GROPPELLI, A. A.; NIKBAKHT, Ehsan. **Administração Financeira**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira e orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LANZARINI JOELCY JOSE AS, *et al.* **A popularização do mercado de ações brasileiro: as mudanças recentes na bolsa de valores**. Xxxi Encontro nacional de engenharia de produção Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual: Desafios da Engenharia de Produção na Consolidação do Brasil no Cenário Econômico Mundial Belo Horizonte, MG, Brasil, 04 a 07 de outubro de 2011.

LEMES JÚNIOR, Antônio Barbosa; RIGO, Cláudio Miessa; CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo. **Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MARINHO, Pedro Lopes. **O Sistema Monetário Internacional: Uma Interpretação A Partir Do Conceito De Hegemonia Mundial**. (2009).

SALVATORE, Dominick. **Economia Internacional** . 6ª ed. Rio de Janeiro: LTC Livros Técnicos e científicos S.A 2000.



FACULDADE  
SÃO BRAZ

**Copyright © - É expressamente proibida a reprodução do conteúdo deste material integral ou de suas páginas em qualquer meio de comunicação sem autorização escrita da equipe da Assessoria de Marketing da Faculdade São Braz (FSB). O não cumprimento destas solicitações poderá acarretar em cobrança de direitos autorais.**